

LÍNGUA PORTUGUESA

AGENDA NACIONAL

1- São sempre bem-vindas as iniciativas isoladas, de indivíduos ou grupos, de combate à emissão de gases do efeito estufa, à poluição e ao desmatamento. Mas, na realidade, não tanto pelo efeito concreto que possam ter como, sobretudo, pelo seu papel didático, pelo poder de manter na consciência da sociedade a importância do combate às mudanças climáticas – ou, no mínimo, da busca de meios de proteção contra seus piores efeitos.

2- Segundo a organização WWF, o Brasil é hoje o quinto maior emissor de gases do efeito estufa, principalmente por causa do desmatamento, que responde por 75% do total. Para inverter esta equação, passando a preservar efetivamente o meio ambiente, o poder público necessariamente deve ter um papel central. Mas, infelizmente, nos planos do governo, como se vê no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), não consta qualquer medida de proteção ambiental. É claro que a economia precisa crescer, e para isso são indispensáveis os projetos de infra-estrutura; mas as obras têm de avançar com os devidos cuidados de reciclagem e reflorestamento.

3- Será preciso, também, enfrentar os prejuízos à agricultura causados pelas mudanças no padrão de chuvas e pela desertificação; o que exige estudos e projeções a cargo de instituições de pesquisa como a Embrapa. A elevação do nível do mar em até 60 centímetros, como previsto no relatório do painel de cientistas da ONU, com seus efeitos sobre as cidades costeiras, é outro assunto de extrema gravidade que tem de entrar na agenda do país, e não apenas dos governos.

4- Tanto quanto se proteger, o Brasil precisa dar sua contribuição para o combate ao aquecimento global. É verdade que se os países ricos, principalmente os Estados Unidos, não fizerem a sua parte, então certamente os melhores esforços por parte do Brasil e outras nações em desenvolvimento terão resultados muito pouco significativos. Mas trocar acusações, com ou sem razão, em lugar de agir, é receita de desastre.

5- Os países da União Européia, por exemplo, estão fazendo a sua parte: pretendem cortar a emissão de dióxido de carbono em 20% sobre os níveis de 1990. Não podemos fazer menos.

(O GLOBO, 6/02/2007, 1º caderno, p.6)

1) De acordo com o texto, todas as iniciativas de combate à emissão de gases do efeito estufa são bem-vindas, por vários motivos, EXCETO:

- (A) pelo aspecto educativo que elas possam apresentar;
- (B) por seus efeitos imediatos na vida das pessoas;
- (C) pela conscientização das pessoas quanto à importância do combate às mudanças climáticas;
- (D) pela tentativa de buscar proteção contra os possíveis efeitos dessas mudanças.

2) Na preservação do meio ambiente brasileiro, o enunciador apresenta uma provável agenda. Segundo ele, o principal responsável por essa agenda deve ser:

- (A) a organização de indivíduos e grupos;
- (B) o grupo composto pelos países da União Européia;
- (C) o governo brasileiro, através de seus vários órgãos e ministérios;
- (D) o Brasil, juntamente com os Estados Unidos.

3) Ao declarar, no parágrafo 5, “Não podemos fazer menos”, o enunciador:

- (A) amplia a responsabilidade de cumprimento da agenda proposta para todos os brasileiros, inclusive o leitor;
- (B) usa apenas um “plural majestático” para apresentar sua proposta;
- (C) inclui só as nações envolvidas no combate ao aquecimento global;
- (D) equivocou-se, ao flexionar o verbo na primeira pessoa do plural e não na terceira.

4) Todas as opções abaixo mostram efeitos do aquecimento global, que comprometem a qualidade de vida do planeta, EXCETO:

- (A) a elevação do nível do mar em até 60 centímetros;
- (B) a possível transformação de áreas agrícolas em desertos;
- (C) o desmatamento de florestas para criação de gado;
- (D) a provável alteração no padrão de chuvas, causando enchentes e destruição de barragens e pontes.

5) Lendo todo o texto atentamente, só NÃO podemos depreender, por parte do enunciador, um tom de:

- (A) crítica à não-participação;
- (B) acusação a governos e países;
- (C) denúncia dos efeitos do aquecimento global;
- (D) conformismo diante dos problemas citados.

6) “Mas, infelizmente, nos planos do governo” (parágrafo 2). Assinale, nas opções abaixo, aquela cuja palavra terminada em – MENTE não é semanticamente classificada como a do exemplo acima:

- (A) “passando a preservar, efetivamente, o meio ambiente” (parágrafo 2);
- (B) “o poder público, necessariamente deve ter um papel central” (parágrafo 2);
- (C) Este não é um país efetivamente sério;
- (D) “principalmente por causa do desmatamento” (parágrafo 2).

7) “Será preciso, também enfrentar os prejuízos à agricultura causados pelas mudanças no padrão de chuvas e pela desertificação” (parágrafo 3). Marque o item ERRADO quanto à classificação sintática dos termos analisados:

- (A) os prejuízos (objeto direto);
- (B) à agricultura (objeto indireto);
- (C) pelas mudanças no padrão de chuva (agente da passiva);
- (D) pela desertificação (agente da passiva).

8) “é outro assunto de extrema gravidade que tem de entrar na agenda do país” (parágrafo 3) O termo referente que corresponde a OUTRO ASSUNTO é:

- (A) a elevação do nível do mar;
- (B) o relatório dos cientistas da ONU;
- (C) os efeitos da elevação do mar nas cidades costeiras;
- (D) os prejuízos à agricultura causados pelas mudanças no clima.

9) “como SE vê no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), não consta qualquer medida de proteção ambiental” (parágrafo 2) A palavra SE, no trecho destacado acima, está CORRETAMENTE classificada na opção:

- (A) pronome apassivador;
- (B) índice de indeterminação do sujeito;
- (C) pronome reflexivo;
- (D) conjunção integrante.

10) “o Brasil é hoje o quinto maior emissor de gases do efeito estufa” (parágrafo 2). Neta oração, temos um adjetivo que está no grau:

- (A) comparativo de superioridade;
- (B) superlativo relativo de superioridade;
- (C) superlativo absoluto sintético;
- (D) superlativo absoluto analítico.

11) Considerando o emprego do acento indicativo da crase, marque a opção CORRETA:

- (A) É preciso combater o efeito estufa à partir de sua origem;
- (B) São muitos os prejuízos causados à toda sociedade;
- (C) Os países ainda não prestaram atenção à alterações climáticas;
- (D) Todos devem participar desse combate à destruição do planeta.

12) Analise as afirmativas abaixo e marque a que apresenta ERRO:

- (A) Todos não de lutar pelo planeta;
- (B) Deve existir muitas formas de lutar pelo planeta;
- (C) O planeta será salvo se todos se mantiverem atentos aos problemas;
- (D) Se não intervirmos a tempo, o planeta será destruído.

13) Levando em consideração as concordâncias verbal e nominal, assinale a alternativa consagrada pela norma culta:

- (A) No Brasil, mais dos 70% das pessoas se preocupa com a ecologia;
- (B) Ainda falta combater muitos problemas no Brasil;
- (C) Não adianta combater os problemas com menas lutas;
- (D) Os Estados Unidos se tornou o principal responsável pelo fracasso do controle ambiental.

14) Todos os esforços são indispensáveis para que o combate ao efeito estufa seja um sucesso. Em relação ao período acima, está ERRADA a classificação feita no item:

- (A) Os termos 'indispensáveis' e 'um sucesso' funcionam como predicativo do sujeito;
- (B) O predicado das duas orações se classifica como nominal;
- (C) A expressão 'ao efeito estufa' exerce a função de objeto indireto;
- (D) A oração subordinada se classifica como adverbial final.

15) "É claro que a economia brasileira precisa crescer, e para isso, são indispensáveis os projetos de infra-estrutura;" (parágrafo 2). Estabelecendo a coesão textual, foi usada a palavra ISSO, que caracteriza um tipo de coesão denominada:

- (A) referência catafórica;
- (B) referência exofórica;
- (C) elipse;
- (D) referência anafórica.

INFORMÁTICA

16) O protocolo que funciona como padrão para transferência de arquivos na internet é o?

- (A) XMODEM;
- (B) FTP;
- (C) HTTP;
- (D) TCP/IP.

17) Podemos definir Protocolo de Rede como a(o):

- (A) senha que viabiliza a conexão entre computadores;
- (B) linguagem utilizada para se efetivar a comunicação;
- (C) software que permite a integração dos equipamentos à rede;
- (D) hardware que permite o acesso físico do micro à rede.

18) Quando tomamos em conjunto, os protocolos são denominados pilhas de protocolo que é formada por cinco camadas. Marque a sequência correta nas opções abaixo :

- (A) física, enlace, rede, transporte, aplicação;
- (B) aplicação, rede, transporte, enlace, física;
- (C) rede, física, transporte, aplicação, enlace;
- (D) enlace, aplicação, física, transporte, rede.

19) Tal como o Correio normal, o e-mail é um meio de comunicação eletrônico. Sobre o e-mail Não podemos afirmar que:

- (A) a maioria das mensagens é de texto;
- (B) pode transmitir voz e vídeo;
- (C) envia-se uma mensagem a um destinatário por vez;
- (D) rápido, fácil de distribuir e barato.

20) Quanto ao enquadramento de dados PPP podemos afirmar que:

- (A) O único valor possível para o campo endereço é 11111111;
- (B) O campo de endereço só pode ter o endereço 00000011;
- (C) O campo informação contém o pacote encapsulado (dados);
- (D) Todo quadro PPP começa com um campo de flag de um byte e termina com um campo de flag de 2 bytes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21) No que tange aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) É inválida a delegação que objetive a supressão das atribuições do círculo de competência dos administradores públicos.
- (B) Motivo exprime, de modo expresso e textual, todas as situações de fato que levaram o agente à manifestação de vontade.
- (C) Forma é o meio pelo qual se exterioriza a vontade.
- (D) Objeto do ato administrativo é o objetivo imediato da vontade exteriorizada pelo ato.

22) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Autorização é ato administrativo precário e vinculado, pelo qual a administração pública consente que o particular exerça atividade ou utilize bens públicos.
- (B) A licença é um ato vinculado, porque o agente não possui qualquer liberdade quanto à avaliação de sua conduta. Se o interessado preenche os requisitos legais para a concessão da licença, tem ele direito a obtê-la.
- (C) Admissão é o ato administrativo que confere ao indivíduo, desde que preencha os requisitos legais, o direito de receber o serviço público desenvolvido em determinado estabelecimento oficial.
- (D) O visto é o ato que se limita à verificação da legitimidade formal de um outro ato.

23) É inexigível a licitação:

- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
- (B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- (C) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;
- (D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

24) Pessoa jurídica de direito público, cujo regime jurídico pouco difere da Administração direta, aparecendo perante terceiros como a própria administração:

- (A) Sociedade de economia mista;
- (B) Autarquia;
- (C) Empresa Pública;
- (D) Fundação.

25) Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente com o exercício é que ficam atribuídos ao servidor as prerrogativas, os direitos e os deveres do servidor. É com este ato que se completa a investidura.
 (B) Recondição é forma de provimento pela qual o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica.
 (C) Reingresso é o retorno do servidor ao serviço público pela ocorrência de determinado fato jurídico previsto no estatuto funcional.
 (D) Nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26) Assinale a alternativa Correta:

- (A) Constituição material é aquela consubstanciada de forma escrita, por meio de um documento solene estabelecido pelo poder constituinte originário.
 (B) Constituição dogmática se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e idéias fundamentais da teoria política e do direito dominante.
 (C) Constituição promulgada é aquela que elaborada sem a participação popular, através de imposição do poder da época.
 (D) Constituição rígida é aquela onde se veda qualquer alteração, constituindo-se relíquias históricas.

27) Assinale a resposta INCORRETA:

- (A) O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e ao exercício de todos os demais direitos.
 (B) O tratamento desigual dos casos desiguais, na medida em que se desiguam, é exigência tradicional do próprio conceito de justiça.
 (C) Se todos os comportamentos humanos estão sujeitos ao princípio da legalidade, também todos devem estar submetidos ao princípio da reserva legal.
 (D) A proibição genérica de acesso a determinadas carreiras públicas tão-somente em razão da idade do candidato, consiste em flagrante inconstitucionalidade, uma vez que não se encontra direcionada a uma finalidade acolhida pelo direito, tratando-se de discriminação abusiva.

28) Sobre os direitos e garantias individuais, assinale a resposta INCORRETA:

- (A) A Constituição Federal prevê que ninguém será privado de direitos por motivo de crença ou de convicção filosófica ou política, neste caso, poderá o indivíduo, em razão de sua crença, eximir-se de obrigação a todos imposta.
 (B) Em respeito ao princípio do Juiz Natural, somente a autoridade Judiciária Competente poderá decretar a quebra do sigilo bancário ou fiscal do investigado.
 (C) É plena a liberdade de associação, de tal forma que ninguém será obrigado a associar-se ou a manter-se associado, desde que para fins lícitos.
 (D) Ato jurídico perfeito é aquele que se aperfeiçoou, que reuniu todos os elementos necessários a sua formação, debaixo da lei velha.

29) Sobre o Habeas Corpus, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Cabe habeas corpus para questionamento de pena pecuniária.
 (B) Excepcionalmente o habeas corpus será o meio idôneo para corrigir erro manifesto da sentença na fixação da pena.
 (C) Caberá habeas corpus sempre que a pessoa física ou jurídica sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
 (D) Nenhuma das respostas anteriores.

30) São Princípios da administração pública, EXCETO:

- (A) Eficiência;
 (B) Moralidade;
 (C) Publicidade;
 (D) Pessoalidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31) Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente a utilização efetiva do serviço enseja a cobrança das taxas, enquanto tributos.
 (B) A base de cálculo das taxas é a mesma utilizada nos impostos.
 (C) Os impostos sempre que possível terão caráter pessoal e serão calculados de acordo com a capacidade econômica dos contribuintes.
 (D) O imposto tem como característica principal a simples exigência de transferência compulsória de recursos da comunidade para o poder público a partir da ocorrência de fato previsto em lei.

32) Sobre o princípio da capacidade contributiva, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Para conferir efetividade ao princípio da capacidade contributiva, enquanto princípio de justiça fiscal, pode a administração pública prejudicar os direitos individuais, uma vez que o prejuízo a essa garantia constitucional é necessária para a justiça fiscal do contribuinte.
 (B) Segundo o princípio da capacidade contributiva, cada um deve contribuir de acordo com a sua riqueza.
 (C) A progressividade do IPTU emana da extrafiscalidade e não do princípio da capacidade contributiva.
 (D) A capacidade contributiva, como princípio aberto e indeterminado, oferece ao legislador a orientação para o processo de concretização da justiça fiscal.

33) É de competência privativa da União a instituição dos seguintes impostos:

- (A) Imposto de Renda, Imposto de Importação de Produtos estrangeiros e Imposto sobre propriedade territorial rural.
 (B) Imposto de Renda, imposto sobre produtos industrializados e Imposto sobre transmissão *causa mortis*.
 (C) Imposto de Importação de Produtos estrangeiros, Imposto sobre operação de crédito e Imposto sobre transmissão *inter vivos*.
 (D) Imposto sobre propriedade territorial rural, Imposto sobre a propriedade de veículos automotores e Imposto sobre produtos industrializados

34) Sobre as limitações ao poder de tributar, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A vedação imposta pelo princípio da anterioridade não se aplica ao IOF e ao IPI.
 (B) Pelo princípio da legalidade é vedado à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
 (C) É vedada à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios a utilização de tributo com efeito de confisco.
 (D) Fere o princípio da legalidade a alteração da alíquota do IOF por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

35) Sobre a obrigação tributária é CORRETO afirmar:

- (A) Obrigação tributária acessória é aquela que tem como fato gerador situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 (B) Obrigação tributária surge somente quando ocorrida situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 (C) Obrigação tributária principal é aquela que tem como fato gerador situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

(D) Obrigação tributária acessória é aquela que tem por objeto o pagamento de tributos ou penalidade pecuniária.

36) Analise a situação que segue e assinale a alternativa CORRETA:

João no dia do noivado de sua filha Marina, firma com seu genro José contrato se comprometendo doar para o casal, imóvel de sua propriedade para que os dois possam residir, caso José case com sua filha Marina.

(A) O fato gerador do ITD ocorre tão logo seja assinado o contrato entre João e José, uma vez que tratando-se de situação de fato, surge a obrigação no momento em que ocorram as circunstâncias materiais necessárias.

(B) A obrigação tributária surge imediatamente em razão da assinatura do contrato entre João e José por se tratar de condição resolutiva.

(C) A simples assinatura do contrato entre João e José não é suficiente para ocorrência do fato gerador.

(D) Por se tratar de condição resolutiva, a assinatura do contrato não gera a ocorrência da obrigação tributária.

37) Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A isenção ou remissão de crédito tributário, mesmo que conferido em caráter pessoal a um dos devedores solidários, exonera a todos.

(B) No caso da solidariedade tributária, a citação feita a um dos devedores interrompe a prescrição para todos.

(C) O pagamento efetuado por um dos devedores solidários não aproveita os demais, ficando estes responsáveis pelo restante do débito.

(D) Nenhuma das respostas anteriores.

38) Sobre a responsabilidade tributária, é INCORRETO afirmar:

(A) Ocorre por substituição, quando prevista em lei de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário, a terceira pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo o contribuinte ou incluindo – o supletivamente na relação obrigacional.

(B) Os diretores de pessoa jurídica de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

(C) A responsabilidade tributária por transferência de terceiros é solidária, respondendo pela dívida tanto o contribuinte quanto o responsável, obedecendo contudo ao benefício de ordem.

(D) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.

39) O lançamento que é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa é denominado:

(A) direto;

(B) por declaração;

(C) autolançamento;

(D) misto.

40) São hipóteses de suspensão do crédito tributário, com EXCEÇÃO de:

(A) parcelamento;

(B) moratória;

(C) depósito do montante integral;

(D) transação.

CONTABILIDADE GERAL

41) É CORRETO afirmar que o art. 183 da Lei no. 6.404/76, estabelece que a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado:

I. será registrada periodicamente na conta de depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

II. será registrada periodicamente na conta amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam direitos de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

III. será registrada periodicamente na conta exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

IV. será registrada periodicamente na conta depreciação, quando corresponder à perda do valor dos bens que têm por objeto direitos físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

V. os recursos aplicados no ativo diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrente.

(A) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

(B) Somente as afirmativas I, III e V estão corretas.

(C) Somente as afirmativas III, IV e V estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I, II, V estão corretas.

42) Analise os textos a seguir:

“SÃO PAULO - O investidor pessoa física interessado em participar da oferta secundária de ações da Bovespa Holding tem até amanhã, dia 23 de outubro, para fazer seu pedido de reserva junto a uma corretora consorciada.

O valor mínimo de investimento é de R\$ 3 mil. Pelo cronograma da operação, as ações da Bovespa começam a ser negociadas no dia 26 de outubro, sob o código BOVH3...”

Fonte: site UOL economia, dia 22/10/2007.

“... a oferta secundária não implica no lançamento de novas ações, de forma que o montante total de ações que constitui o capital social desta empresa continua o mesmo. Este tipo de transação representa a venda de ações que estão em posse dos acionistas atuais da empresa para novos acionistas. Deste modo, os recursos obtidos pela oferta não são direcionados para a empresa, e sim para os acionistas vendedores.”

Fonte: Site Infomoney. Artigo: IPO para iniciantes: conheça mais sobre os conceitos que envolvem estas operações.

Tendo como referência os textos acima e sabendo que em 26/10/2007, a BOVESPA concretizou a abertura de capital da forma anunciada (oferta secundária), em relação ao efeito provocado por essa operação sobre o patrimônio da Bovespa Holding, é CORRETO afirmar que:

(A) em consonância com o princípio da entidade, o patrimônio não sofreu nenhuma alteração.

(B) em consonância com o princípio da entidade, houve um aumento do patrimônio líquido.

(C) em consonância com o princípio da entidade, houve um aumento do capital de terceiros.

(D) em consonância com o princípio da entidade, houve um aumento do ativo circulante.

43) A empresa comercial Coisas do Brasil Ltda. comprou mercadorias de um fabricante e de um atacadista, conforme descrito na tabela I, a seguir.

Tabela I: Dados das compras feitas pela Empresa Coisas do Brasil Ltda					
Fornecedor	Merc.	Quant. (unid)	Preço Unitário	Tributação	Condições
Atacadista	Y	1.000	\$ 20,00	ICMS = 17% no preço	À vista
Fabricante	Z	1.000	\$ 20,00	ICMS = 17% no preço IPI = 10% destacado	À vista

Sabendo que a Empresa Coisas do Brasil é contribuinte do ICMS mediante apuração de débito e crédito e do IR pelo Lucro Real e que a alíquota do PIS e do COFINS são, respectivamente, 1,65% e 7,6%, assinale a alternativa que representa corretamente o custo unitário dos estoques da mercadoria Y e da Mercadoria Z, respectivamente.

- (A) \$ 16,600 e \$ 18,600;
- (B) \$ 16,750 e \$ 16,565;
- (C) \$ 14,750 e \$ 16,750;
- (D) \$ 14,750 e \$ 16,565.

44) Em 01 de novembro a empresa InfoCont Consultoria Ltda contratou e pagou pelo seguro de seu bellissimo escritório. O valor pago para a seguradora foi de \$ 2.400,00 pela vigência do seguro por 12 meses. O valor total segurado foi de \$ 120.000,00. É INCORRETO afirmar que os lançamentos contábeis derivados desta operação são:

(A) Pela Contratação do Seguro a Info Cont Consultoria deverá fazer o seguinte lançamento:

D	Despesas Antecipadas	2.400,00
C	Disponibilidades	2.400,00

(B) Mensalmente, conforme o tempo for passando e o serviço for sendo prestado, a seguradora deverá fazer o seguinte lançamento:

D	Receitas Antecipadas	200,00
C	Receita do exercício	200,00

(C) Pela Contratação do Seguro, a seguradora deverá fazer o seguinte lançamento:

D	Disponibilidades	2.400,00
C	Receitas Antecipadas	2.400,00

(D) Na contratação do Seguro, a InfoCont. Consultoria deverá fazer o seguinte lançamento:

D	Disponibilidades	2.400,00
C	Receitas Antecipadas	2.400,00

45) A empresa Céus Maranhenses S/A, empresa aérea de capital fechado, foi constituída em novembro de 2007. Sabe-se que, no ato constitutivo, os acionistas se comprometeram a investir um capital social no valor de \$ 100.000.000,00. Os demais eventos contábeis ocorridos até 30 de novembro foram:

I. integralização, pelos acionistas, de 40% do capital social da seguinte forma: 03 aeronaves monomotor, avaliadas em \$ 10.000.000,00 cada uma, um terreno onde será construído o hangar da empresa avaliado em \$ 1.000.000,00, um sala onde foi instalado o escritório da empresa, avaliada em \$ 4.000.000,00, móveis de escritório avaliados em \$ 100.000,000 e o restante em dinheiro, depositado no banco ALMS S/A.

II. a empresa construiu uma oficina de aviões no terreno onde o hangar está instalado. Os recursos para a obra foram derivados de um financiamento junto ao Banco ALMS S/A. O valor do financiamento liberado é de \$ 2.400.000,00 a ser pago em 24 meses, sem juros, em parcelas iguais e sucessivas a partir de 28 de dezembro e a oficina não foi iniciada.

III. o Diretor da companhia, observando que a empresa demoraria ainda dois ou três meses para entrar em operação, decidiu fazer uma aplicação financeira em renda fixa com os recursos que tinha em caixa, deixando em caixa apenas \$ 100.000,00.

Como política adotada, a empresa só iniciará as depreciações e ajustes financeiros após entrar em operação.

Após a contabilização de todos os eventos contábeis e o levantamento do Balanço Patrimonial em 30 de novembro é CORRETO afirmar que:

- (A) O Capital Próprio é de \$ 100.000.000,00 e o Passivo Circulante é de \$ 1.200.000,00.
- (B) O capital total à disposição da empresa é de \$ 40.000.000,00 e o Ativo Permanente é de \$ 39.400.000,00.
- (C) O total das aplicações de recursos é de \$ 42.400.000,00 e o Capital Próprio é de \$ 40.000.000,00.
- (D) O total da aplicações de recursos é de \$ 3.000.000,00 e o Capital de Terceiros é de \$ 2.400.000,00.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DE NOVA IGUAÇU

De acordo com a Legislação Municipal, responda às questões que seguem:

46) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- (B) Os tributos são impostos, taxas e contribuição de melhoria decorrentes de obras públicas.
- (C) O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município.
- (D) Ao Poder Executivo compete fixar através de lei específica, a delimitação da zona urbana do Município, que vigorará, para efeitos deste imposto, a partir do exercício seguinte ao da sua fixação.

47) Sobre o ITBI, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O ITBI tem como fato gerador a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por Ato Oneroso de direitos gerais de garantia.
- (B) O ITBI incide sobre transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- (C) O ITBI incide sobre a transmissão de bens e direito quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.
- (D) Nenhuma das repostas anteriores.

48) Sobre o Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana, é INCORRETO afirmar :

- (A) Contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU - é o proprietário do imóvel , o titular do seu domínio útil , ou o seu possuidor a qualquer título.
- (B) Será permitido ao Município, em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU adotar como base de cálculo a superfície do imóvel ou o “status” econômico de seu proprietário;
- (C) Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU , ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas, existentes à data daqueles atos;
- (D) O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU - será anual, efetuado “de ofício” pela autoridade administrativa , ocorrerá até o último dia útil do mês de dezembro, levando-se em conta a situação fática do imóvel existente no momento do lançamento.

49) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N. - tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador. Não incide o tributo em:

- (A) Serviços prestados por médico, assistente social e psicólogo.
- (B) Serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios: movimentação de mercadoria fora do cais.
- (C) A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos.
- (D) Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil

50) Sobre a base de cálculo dos impostos municipais, é incorreto afirmar:

- (A) A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza I.S.S.Q.N. - é o preço do serviço.
- (B) Incluem-se na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N. - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos na conservação e reforma de edifícios.
- (C) O Valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N., quanto cobrado em separado, integrará a base de cálculo.
- (D) Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza.

51) Analise os itens que seguem e assinale a alternativa correta:

- I- A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Veículo de Transporte de Passageiro - TFV - será determinada, para cada veículo de transporte de passageiro, através de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número anual de vistorias fiscais.
- II- A Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial - TFHE - incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas.
- III- A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual, Feirante e Rudimentar - TFAF - será determinada, para cada atividade, através de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em função do número diário ou semanal ou mensal ou anual de diligências fiscais.

- (A) Apenas uma alternativa está correta.
- (B) Apenas uma alternativa está incorreta.
- (C) Todas alternativas estão corretas.
- (D) Todas as alternativas estão incorretas.

52) Assinale a alternativa correta:

- (A) O extravio ou a inutilização de NTFs – Notas Fiscais - devem ser comunicados, por escrito, à REPAF – Repartição Fiscal competente, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados da data da ocorrência.
- (B) As NTFs – Notas Fiscais - deverão ser conservadas, no próprio estabelecimento do prestador de serviço, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da emissão.
- (C) O regime constitucional da imunidade tributária e a benesse municipal da isenção fiscal dispensam o uso, a emissão e a escrituração de NTFs – Notas Fiscais.
- (D) A NTF – Nota Fiscal - será considerada inidônea, independentemente de formalidades e de atos administrativos da FPM – Fazenda Pública Municipal, fazendo prova, apenas, a favor do Fisco, quando for emitida após o seu prazo de validade.

53) Analise os itens que seguem e assinale a resposta correta:

- () Os contribuintes que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública Municipal não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou realização de obras e prestações de serviços nos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta, bem como gozarem de quaisquer benefícios fiscais, ainda que sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

- () Constitui indício de omissão de receita a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, ou sem comprovação de disponibilidade financeira deste.

- () Sonegação fiscal é a ação ou omissão dolosa, fraudulenta ou simulatória do contribuinte, com ou sem concurso de terceiro em benefício deste ou daquele tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

- () Não extingue-se a publicidade dos crimes tributários quando o agente promover o pagamento do tributo, inclusive acessórios, ainda que antes do recebimento da denúncia.

- (A) V, F, V, F;
- (B) F, F, V, V;
- (C) V, F, F, V;
- (D) F, V, F, V.

54) Sobre o processo fiscal, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A Autoridade Fiscal arbitrará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quanto ao ISSQN, quando não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;
- (B) Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso do ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócio ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável;
- (C) A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe, sistematicamente, de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais ou não possua escrituração contábil, que, tacitamente, não poderá resultar em pagamento de ISSQN inferior a 4 (quatro) UFINIGs;
- (D) O regime de estimativa será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses.

55) No que tange aos prazos do procedimento administrativo tributário, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os prazos são contínuos e peremptórios, incluindo-se, em sua contagem, o dia do início e excluindo-se o do vencimento;
- (B) Os prazos só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal do órgão em que corra o processo ou em que deva ser praticado o ato;
- (C) Os prazos serão de 15 dias apresentação de defesa;
- (D) Os prazos serão de 30 (trinta) dias para interposição de recurso de revista.

56) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Entram em vigor 30 dias após a data da sua publicação, as portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- (B) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes;
- (C) Lei interpretativa é aquela que interpreta outra, no sentido de esclarecer e suprir as suas obscuridades e ambigüidades, aclarando as suas dúvidas;
- (D) A lei aplica-se ao ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

57) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- (A) os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade; a analogia;
- (B) a analogia; a equidade; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público;
- (C) a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade;
- (D) os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a analogia e a equidade.

58) De acordo com a Lei Orgânica municipal, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) São símbolos do Município: a Bandeira, o Hino e o Brasão.
- (B) O Aniversário do Município é celebrado no dia 15 de janeiro.
- (C) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, Legislativo e o Judiciário.
- (D) Nos bens municipais, nos das sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo poder Público, bem como nas placas indicativas de obras e serviços, o símbolo a ser usado é o Brasão do Município de Nova Iguaçu.

59) É de competência Privativa do Município de Nova Iguaçu:

- (A) elaborar o plano plurianual e o orçamento anual;
- (B) cuidar da saúde e assistência pública e da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências, incluídos os idosos;
- (C) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- (D) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

60) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;
- (B) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo;
- (C) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
- (D) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter o caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.